



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 19 de abril de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO APPLE PROCESSA SAMSUNG POR COPIAR IPAD E IPHONE..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O GLOBO Panorama Econômico :: Miriam Leitão VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O GLOBO Limite à fiscalização de obras VEICULAÇÃO NACIONAL	4
VALOR Governo planeja "superouvidoria" para melhorar atendimento público..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR Abimaq pede salvaguarda contra importação chinesa VEICULAÇÃO NACIONAL	8
BRASIL ECONÔMICO-SP CYNTHIA KRAMER VEICULAÇÃO NACIONAL	9
BRASIL ECONÔMICO-SP MAIS RECURSOS PARA PESQUISA E TECNOLOGIA VEICULAÇÃO NACIONAL	10

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO APPLE PROCESSA SAMSUNG POR COPIAR IPAD E IPHONE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo a empresa americana, o gigante eletrônico sul-coreano copiou a tecnologia e o estilo do iPhone e do iPad.

O processo, aberto na última sexta-feira na Califórnia, alega que os smartphones da Samsung -como

Galaxy S 4G, Epic 4G e Nexus S- e o tablet Galaxy Tab violam a propriedade intelectual da Apple.

O processo pode complicar o relacionamento entre as empresas. A Samsung produz microchips que são usados em alguns dos produtos da Apple.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Panorama Econômico :: Míriam Leitão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cenário da decisão

A semana era para ser leve e curta, para que todos pudessem ir diminuindo o ritmo até os feriados de quinta e sexta. Começou cheia de assuntos na economia: a inflação não está em queda, há reunião do Copom, a S&P pôs em perspectiva negativa a dívida americana e o euro caiu com medo da renegociação da dívida de alguns países do bloco. No Brasil, além dos índices altos de inflação, há muito ruído em torno do tema.

O IPC-S divulgado ontem deu 0,83%. É um dos muitos índices do país, mas não é dos mais conhecidos. O IPCA-15 de abril, uma espécie de prévia do índice oficial, vai ser divulgado exatamente no dia em que o Banco Central decidirá a taxa de juros. Ele deve ficar em 0,80%, na opinião do professor Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio. As apostas mais moderadas são de 0,70%, como faz o Bradesco.

O problema é que ela permanece alta, mesmo com o começo da queda da inflação de alimentos. Se o IPCA do mês ficar nesta faixa de 0,80%, a inflação no acumulado de 12 meses vai para o teto da meta. Há grande risco de que o índice chegue a 7% nos próximos meses.

Em maio, o índice deve cair em relação a abril, mas o acumulado do ano continuará no limite da meta. Vai cair porque alguns grãos estão entrando na safra, o álcool está sendo moído, as verduras e legumes estão mais fartos nessa época do ano. Isso afetará favoravelmente os preços de alimentos, alimentos in natura e combustível. Mesmo assim, a conta em 12 meses ficará alta principalmente em junho, julho e agosto. No ano passado, nesses três meses houve inflação próxima de zero, explica Luiz Roberto Cunha. Isso significa que qualquer alta elevará o acumulado em um ano.

- Quando estiver em torno de 7% começará a negociação de setembro dos dissídios de categorias fortes como bancários, petroleiros e metalúrgicos. O **mercado** de trabalho está aquecido e a economia ainda é muito indexada. Isso fará com que os sindicatos pressionem por aumentos elevados.

Nos últimos três meses do ano, há chances de a inflação em 12 meses cair, porque no ano passado os índices ficaram muito altos no fim do ano. É nisso que aposta o Banco Central, mas qualquer choque que houver será perigoso.

- O ano de 2012 entrará sob o peso de um aumento forte de salário mínimo. Isso significa que há pouca chance de a inflação de serviços cair - disse o economista.

O que torna esse quadro mais preocupante é o fato de que as expectativas não estão ancoradas. Não se sabe se o governo vai de fato pagar o preço de derrubar a inflação. Esse é sempre o ambiente no qual as remarcações aumentam, principalmente nos **mercados** onde há pouca competição.

A MB Associados avalia que os preços das commodities vão cair, superando o efeito que a consultoria define como "devastador" do La Niña, no final do ano passado. Mas da mesma forma que Luiz Roberto Cunha, a MB explica que os preços caem, mas não voltam a patamares de 2009. A demanda mundial por commodities, principalmente as agrícolas, continua muito alta. O cenário de queda forte desses preços só ocorre em momentos de crise, como foi em 2009.

No resto do mundo, as dúvidas continuam. A decisão da Standard&Poors de pôr em perspectiva negativa a dívida americana espanta pelo inusitado, mas não quer dizer que a dívida será rebaixada. Tem alguma possibilidade de nos próximos anos isso acontecer, caso não haja alguma mudança das

perspectivas. Mas esse movimento foi o suficiente para provocar queda nas bolsas do mundo inteiro.

Na Europa, as dúvidas que sempre reaparecem é de que haja uma onda de reestruturação das dívidas de alguns países, com tudo o que isso pode representar de contágio pela estreita ligação entre os sistemas bancários.

O Japão continua se debatendo para encerrar a crise nuclear; a recuperação econômica passou a ser assunto a ser tratado no futuro. Na China, a inflação alta ameaça seu papel de fornecedor de produtos de baixo custo. A inflação chinesa tem sido alimentada também pelo crescimento econômico que não obedece a ordem de reduzir o ritmo dada pelas autoridades. Há avaliações de que os números reais de inflação são piores do que os que são informados pelo governo.

Não é um bom momento para tanta dúvida sobre qual é, afinal, a política econômica e o diagnóstico do governo sobre a inflação. O diagnóstico do **Ministério** da Fazenda é de que este é um problema mundial, provocado pelas commodities, e que estão sendo

tomadas todas as medidas necessárias para evitar que ele se propague na economia. É um pouco isso, mas é mais complicado. É um problema mundial, mas há características locais que o tornam ainda mais complexo.

O **Brasil** tem uma longa história de superinflação indexada, tem ainda muita indexação na economia, há outras fontes de pressão inflacionária, o índice de serviços está acima de 8%, e os estudos mostram que a inflação já está com um nível alto de dispersão na economia. Até a explicação que o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles teve que dar sobre o que aconteceu, ou deixou de acontecer no governo anterior, mostra como o ambiente está sensível e cheio de ruídos.

O atual presidente, Alexandre Tombini, disse que o país está no meio de um ciclo de aperto monetário, mas depois teve que se explicar melhor. Enfim, o governo Dilma ainda não conseguiu se comunicar nessa área. Num momento de expectativas fluidas, crise externa e inflação perto do teto, o Banco Central decidirá os juros amanhã.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Limite à fiscalização de obras		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo inclui na LDO dispositivo que eleva exigências para definição de irregularidades

Cristiane Jungblut

Sem alarde, o governo incluiu um novo dispositivo no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012 que, segundo avaliação preliminar da Comissão Mista de Orçamento, pode reduzir a lista elaborada anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com as obras públicas com indícios de irregularidades graves e que devem, por isso, ser paralisadas. O governo propõe que só devem ser classificadas nessa categoria aquelas obras que tiverem sido objeto de análise e julgamento de pelo menos um ministro do TCU, ou tenham sido objeto de uma decisão final (acórdão) do tribunal.

A intenção do governo, segundo o próprio **Ministério** do Planejamento, é evitar que as listas - encaminhadas ao Congresso, que dá a palavra final sobre a paralisação ou não da obra - sejam elaboradas com base apenas em relatórios técnicos preliminares, como é hoje. Quer que os ministros do tribunal tenham responsabilidade direta sobre cada obra catalogada no tribunal como irregular. Segundo o Planejamento, "o objetivo é tornar necessário que ao menos um ministro do TCU esteja de acordo com determinado relatório técnico (que aponte irregularidades graves)".

Na prática, o TCU terá mais trabalho na análise dos processos e, como é exigida praticamente uma decisão final de um ministro ou do plenário a respeito das irregularidades e isso levará mais tempo, a tendência é que a lista original do tribunal seja reduzida. Por essa nova proposta, se aprovada pelo Congresso na LDO, o governo quer também que o tribunal decida já levando em conta as informações prestadas pelos gestores dos projetos.

O texto da LDO 2012 - que traz inovação nessa área em relação ao texto enviado para 2011 - prevê em seu artigo 91 que serão considerados indícios de irregularidades graves aqueles fatos que "sejam objeto de decisão monocrática de ministro do TCU ou acórdão, que tenham apreciado as razões apresentadas pelos gestores aos quais foram atribuídas as supostas irregularidades".

Regra para todas as obras públicas

Para técnicos da Comissão Mista de Orçamento, isso indica que obras suspeitas cujas investigações do tribunal estejam só na fase inicial não entrariam mais na lista. Um dos problemas desse método é que, quando o TCU finalmente ouvir todos os envolvidos e gestores responsáveis pelos projetos, as obras já estejam em andamento adiantado, sendo impossível reverter problemas como superfaturamento de preços ou falhas na licitação.

Todos os anos, o TCU envia ao Congresso uma lista de obras, que é analisada pela Comissão de Orçamento, que decide quais dessas ações devem ou não ter seus recursos bloqueados e a execução paralisada até que os problemas sejam resolvidos.

Na avaliação de técnicos do Planejamento, hoje o TCU acaba enviando ao Congresso uma lista baseada apenas nos relatórios iniciais sobre as obras, sendo aprovados em bloco pelo plenário do tribunal, com o relator-geral apenas chancelando as conclusões das auditorias técnicas.

A estratégia é forçar que ministros fiquem responsáveis por cada obra, para tomar uma posição mais embasada, forçando o relator-geral da lista a fazer o mesmo. Uma das reclamações do governo é que, muitas vezes, as acusações não se confirmam. O governo teme novas paralisações de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de projetos da

Copa, já que na lista sempre estão aeroportos, mas a regra valeria para todas as obras públicas.

Para o Orçamento de 2011, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso retirou da lista original do TCU quase metade das obras, depois de realizar audiências públicas com gestores dos empreendimentos e técnicos do próprio tribunal - a lista começou com 40 e terminou com 22.

Para o deputado Gilmar Machado (PT-MG), representante do governo na Comissão de Orçamento, o objetivo é evitar paralisações.

- Esse dispositivo é o que sempre pedimos: mais clareza nas definições sobre o que é irregularidade. Ninguém está querendo impedir o trabalho do TCU, mas queremos claramente uma decisão do tribunal sobre as obras. Não tem sentido parar uma obra e depois, na decisão final, ver que as irregularidades não existiam - disse Machado.

Ele destacou que isso é **importante** neste momento, quando se discute a necessidade de agilizar obras nos aeroportos e outros projetos com recursos públicos relacionados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

O relator da LDO de 2012, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), já criticou a paralisação de obras irregulares. Para ele, os responsáveis pelas obras é que deveriam ser punidos.

No capítulo sobre as obras irregulares na proposta da LDO, o governo ainda deixou mais clara a possibilidade de o bloqueio de recursos ser suspenso assim que as irregularidades sejam sanadas. A LDO fixa os parâmetros gerais para a elaboração do Orçamento de 2012. No ano passado, a questão das obras irregulares foi a maior polêmica da LDO de 2011.

O TCU foi procurado pelo GLOBO, mas não se pronunciou. Técnicos do tribunal, no entanto, já haviam detectado a mudança e entraram em contato ontem com técnicos da Comissão Mista de Orçamento para analisar o efeito do artigo 91.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Governo planeja "superouvidoria" para melhorar atendimento público		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Juliano Basile e Paulo de Tarso Lyra | De Brasília

No 9º andar do edifício da Controladoria-Geral da União, no Setor de Autarquias Sul, em Brasília, está em gestação a criação de um sistema integrado que vai envolver todos os órgãos do governo, incluindo bancos, empresas, hospitais e universidades públicas.

Será um sistema único com informações de todas as ouvidorias públicas do país. Através dele, o governo saberá onde estão os maiores índices de ineficiência na prestação de serviços públicos. O sistema também será responsável por definir critérios para a mediação entre os cidadãos e todos os órgãos do governo.

"Não há democracia sem direitos. Em tempos de "tuitaços" [protesto promovido por meio do miniblog Twitter] e novas mídias, precisamos abrir espaço para a voz dos cidadãos", afirmou o ouvidor-geral da União, José Eduardo Elias Romão. "Queremos fazer do conjunto de ouvidorias um sistema integrado."

Hoje, há 165 ouvidorias no governo. Elas estão espalhadas na Esplanada dos **Ministérios**, em bancos oficiais, como o Banco do **Brasil** e a Caixa Econômica Federal, em hospitais e universidades públicas e em estatais, como a Petrobras.

A criação dessas ouvidorias já foi um avanço. Eram apenas 40 em 2002. Mas o objetivo do governo é o de que haja uma ouvidoria por órgão público até o fim de 2012.

O passo seguinte será integrá-las. Com isso, elas terão padrão de funcionamento para atender as reclamações. Será desenvolvido um sistema de software para permitir a reunião de todas as informações. Ao fim, o governo vai saber em quais áreas há mais carência no atendimento aos cidadãos.

Em 2010, estima-se que as ouvidorias receberam 3 milhões de reclamações. O problema é que elas não estão padronizadas. Cada uma recebe informações e faz o seu cadastro da maneira que lhe convém. "Ainda temos dados imprecisos, baseados em planilhas que não se comunicam", explicou o ouvidor. Segundo Romão, na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), por exemplo, o atraso na prestação de serviços pelas empresas do setor não é registrado. Com isso, a Ouvidoria da Anac não registra casos de voos atrasados.

Já a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) verifica se as empresas do setor atuam em conformidade com as regras. A Ouvidoria da ANTT observa, por exemplo, a regularidade dos contratos firmados pelo **Ministério** com as obras terceirizadas.

No **Ministério** da Saúde, se um usuário de remédios contra a aids não recebe o medicamento a tempo, a Ouvidoria verifica se ele conseguiu ser atendido. "Uma coisa é dizer que o sistema de ouvidoria apenas responde ao cidadão e outra é se essa resposta é satisfatória", diferenciou Romão.

Ele deixou claro que a função das ouvidorias não é investigar desvios de conduta ou improbidade. "Para isso já existem os órgãos de fiscalização e controle, como a CGU e os tribunais de contas. Nossa missão é medir a efetividade do serviço prestado ao cidadão."

O maior desafio da Ouvidoria-Geral será o de organizar as reclamações de todos os órgãos públicos do país. Se atingir essa meta, Romão terá em suas mãos informações que farão com que sucessivas demandas isoladas possam ser observadas em conjunto. "Infelizmente, hoje, não temos um banco de dados que se comunicam."

Trocando em miúdos, a mesma reclamação pode ser feita por milhares de pessoas. O problema é que elas ficam dispersas. O novo sistema da Ouvidoria-

Geral pretende reuni-las. Com isso, demandas que, hoje, são vistas como isoladas, serão tratadas como conflitos coletivos.

Esse é o caso, segundo Romão, de reclamações que os cidadãos fazem ao INSS. Hoje, elas são tratadas uma a uma. Mas são milhares. Pelo sistema, será possível verificar quais as demandas individuais que mais se

repetem e, com isso, propor uma solução única para atender a todos. "Um serviço eficiente é aquele em que o cidadão tem uma resposta", definiu Romão. Para ele, um dos maiores deveres do Estado é de escutar a população. "O Estado deve considerar de antemão a possibilidade de reconhecer qualquer demanda dos cidadãos."

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Abimaq pede salvaguarda contra <u>importação</u> chinesa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Rafael Rosas | Do Rio

A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) apresentou pedido de salvaguarda transitória contra a China à Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério de Desenvolvimento. A ação, apresentada na semana passada, é composta por três petições de pré-análise, visando à aplicação de medidas de restrição às importações do país asiático.

As petições englobam as importações de chave de fenda, válvulas tipo borboleta e caminhão-guindaste. De acordo com o diretor-executivo de comércio exterior da Abimaq, Klaus Curt Müller, a enxurrada de produtos chineses no país ocorre há mais de dois anos nesses três casos.

Segundo dados da associação, as importações de máquinas e equipamentos saltaram de 39,9% do valor total do mercado brasileiro, em janeiro de 2004, para 59,4% em setembro do ano passado. Para Müller, o tempo de análise por parte da Secex pode variar, já que o pedido é inédito.

"Tomando por base os processos de antidumping, podemos imaginar de 30 a 60 dias na Secex e pouco menos de um ano para a decisão do governo. Mas isso é um "feeling", já que não há histórico para

salvaguardas", disse Müller. A Abimaq prepara também o pedido de análise para salvaguardas transitórias contra a importação de correntes de elo soldado, bombas centrífugas, compactadores e guilhotina linear.

A salvaguarda transitória é um mecanismo de defesa comercial aplicado quando um surto de importações afeta a indústria local. Compete ao governo brasileiro a decisão de aplicar o mecanismo, porque a China aceitou a possibilidade de sofrer as salvaguardas, ao ingressar na Organização Mundial do Comércio, em 2001.

O decreto 5.556, de 5 de outubro de 2005, disciplinou as regras para adoção das salvaguardas pelo Brasil, que podem acontecer até dezembro de 2013. A adoção pode ser por via de imposição de adicional à Taxa Externa Comum (TEC), restrição quantitativa do ingresso dos produtos ou uma combinação das duas medidas. Desde 2001, a China sofreu a aplicação de cinco salvaguardas temporárias, nenhuma delas pelo Brasil.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO CYNTHIA KRAMER		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Felipe Herzog

Advogados do escritório L.O.Baptista

Barreiras comerciais

Desde o dia 7 de março, a Argentina passou a exigir licença previa de importação de produtos eletrônicos de consumo, tecidos e automóveis, além de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, entre outros. Isso significa que um fabricante brasileiro terá de entrar na burocracia argentina para solicitar licença de importação de produtos constantes da resolução, o que pode levar até 60 dias. Vale notar que, de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), o prazo para a tramitação dos pedidos poderá ser de até 30 dias, se os pedidos forem considerados por ordem de chegada, e até 60 dias se todos os pedidos forem considerados simultaneamente.

Além de tentar proteger a indústria doméstica, a medida visa melhorar o saldo da balança comercial argentina. O déficit da Argentina na sua relação comercial com o Brasil em 2010 foi de pouco mais de US\$ 4 bilhões, ante US\$ 1,5 bilhão em 2009. O Brasil criou uma comissão especial para acompanhar a aplicação de licenças não automáticas entre o Brasil e a Argentina. A comissão terá a responsabilidade de checar se os exportadores brasileiros não serão prejudicados pelas novas exigências. Contudo, mesmo que as mercadorias brasileiras não sejam prejudicadas, o efeito de desestímulo ao comércio deverá ser expressivo.

Na área de máquinas agrícolas, os produtos brasileiros já encontram dificuldades de integração. Apesar de haver um acordo automotivo firmado entre os países membros dos Mercosul, desde o início do ano a

Argentina suspendeu a emissão de licenças de importação. Ainda, no setor de serviços, há de se destacar a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual Argentina (Lei nº 26.522) que determina que a mídia argentina somente poderia veicular peças publicitárias produzidas em território argentino e compostas de, no mínimo, 60% de profissionais argentinos ou com residência fixa naquele país.

A Associação Brasileira das Agências de Publicidade (Abap), em conjunto com a Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro), enviou, em fevereiro, circular recomendando que os publicitários brasileiros continuassem produzindo suas obras audiovisuais para divulgação na Argentina, uma vez que, em síntese, os requisitos estabelecidos pelo referido decreto estariam preenchidos pela participação do Brasil e da Argentina no Mercosul. Até o momento, o governo argentino não ratificou esse posicionamento. As recentes medidas do governo argentino representam um retrocesso nas regras do Mercosul e deverão ter impactos negativos sobre as exportações brasileiras. O Mercosul foi criado com o objetivo de promover a integração econômica, sendo que os países membros se comprometeram a diminuir ou eliminar as barreiras tarifárias e não tarifárias que restringem o comércio entre esses países. E de se lamentar a postura da Argentina. O setor privado brasileiro deve unir-se ao governo no sentido de trabalhar para uma solução adequada caso a caso, visando garantir o respeito às regras comerciais.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO MAIS RECURSOS PARA PESQUISA E TECNOLOGIA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A crise de mão de obra enfrentada por empresas industriais e de serviços e que começa a se estender à atividade rural indicam quanto as administrações nos três planos de governo se descuidaram de um assunto tão vital para o desenvolvido sustentável do país. O descuido oficial foi completado pelo desinteresse privado e - exceto raras iniciativas - levou a um quadro que corre o risco de se caracterizar como mais um entre os vários "apagões" a ameaçar o ritmo de expansão da economia brasileira.

"O Brasil vive uma situação muito diferente dos Estados Unidos, por exemplo, onde os empresários investem nas universidades.

O governo precisa agir para induzir movimentos como este no país", alerta Ilsa Assef, presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti). A intenção do **Governo Federal** de criar quatro fundos setoriais para ciência, tecnologia e inovação é alentadora e encontra respaldo junto ao mundo acadêmico, começando pela Abipti que propõe o fortalecimento da relação entre institutos de pesquisa, academia e empresas para a aplicação de verbas empesquisa e tecnologia.

Exemplo a ser seguido nessa integração é o da Unicamp, referência no país em inovação, que em 2010 chegou à invejável marca de 600 famílias de patentes registradas.

São 201 "filhas daUnicamp", como são conhecidas as empresas fundadas por alunos e ex-alunos. Nas páginas a seguir, além da Unicamp, mostramos também os exemplos inovadores de São Carlos, no interior paulista, e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com220 mil habitantes, São Carlos soma 240 empresas de base tecnológica. AUFMG comó1 pedidos de patentes em 2010, superou os 52 da Unicamp, mas continua atrás em número de licenciamentos.

"O fato de termos ultrapassado a Unicampmostra que estamos crescendo,mas sabemos que por vários fatores ainda estamos atrás da universidade paulista", diz Ado Jorio de Vasconcellos, coordenador de transferência tecnológica e inovação da UFMG. E, resumindo o principal gargalo da pesquisa e tecnologia no país, complementa "até mesmo pelo incentivo financeiro que ela recebe do estado".